

## O tema da sexualidade abordado por professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II em uma escola particular do município do Rio de Janeiro

### RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão da importância de abordar o tema da sexualidade nas instituições de ensino, e da forma que ela é feita. O objetivo é entender como, e se professores(as) de Língua Portuguesa realizam essa abordagem em sala de aula com seus alunos de Ensino Fundamental II. Para que isso fosse possível, muitas referências de autores e pesquisadores da área da sexualidade e também educação, foram utilizadas. Logo após, professores (as) foram entrevistados (as) e suas respostas analisadas, quanto a abordagem do tema durante suas aulas, e então seus discursos foram compreendidos e comparados com toda referência anterior, para que se chegasse a uma conclusão sobre como deve ser realizada essa abordagem, e entender a sua importância. A contribuição do artigo é de suma importância para que estudantes, seus responsáveis, e funcionários(as) da instituição de ensino, aprendam a lidar com questões sobre si mesmos e sobre os outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidade. Educação. Professor. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental.

**Maria Luzia Ribeiro**

E-mail: marialuziafonsecaribeiro@hotmail.com  
Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Jacqueline Maia de Miranda**

E-mail: jacmaia@gmail.com  
Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

## INTRODUÇÃO

Abordar o tema “sexo” ainda é considerado um tabu, isto é, visto como proibido, pecaminoso, errado. Porém, esse é um assunto recorrente quando os adolescentes chegam à puberdade. Como passam uma boa parte do dia na escola, é lá onde mais conversam sobre isso, embora professores(as) e funcionários(as) da instituição ainda não saibam como abordar o assunto. Sabemos que cada professor é responsável por ensinar sua disciplina, porém, é necessário também que discutam sobre questões da realidade cotidiana dos jovens estudantes. Esse tema é muito comentado pelos(as) alunos(as) no Ensino Médio, enquanto aparece aos poucos no Ensino Fundamental, principalmente no II segmento, já que as crianças entram na puberdade, e vão trocando curiosidades e descobrindo novas informações por eles próprios, por conta da ebulição hormonal que sofrem neste período.

Como professores(as) devem e podem abordar esse tema tão polêmico sem criar conflitos principalmente com os pais e responsáveis? Já que muitos deles consideram que a escola não é lugar de aprender sobre sexo, quando é lá que os alunos mais aprendem sobre o assunto, conversando uns com os outros. Muitos também pensam que a escola não é lugar de aprender assuntos que são culturalmente familiares, porém, como os discentes passam, em sua maioria, 1/3 de seus dias dentro da escola, como não querem que falem sobre esses temas? A escola faz parte da vida social do indivíduo, e é tanto dentro quando fora dela que ele adquire suas experiências e conhecimentos no geral. Como o sexo, apesar de ser visto como um tabu e muitas vezes como um assunto “engraçado” pelas pessoas mais novas, é algo natural e normal, é de se esperar que todos falem sobre. Tanto para trocar experiências quanto para aprender.

Ainda nos dias atuais, pouco se fala sobre proteção, diversidade, doenças e tudo relativo ao sexo, nas instituições de ensino. Portanto, o presente trabalho tem como foco encontrar e entender formas para que estudantes, professores(as), funcionários(as) da instituição, pais e responsáveis se entendam e possam discutir esse assunto tão relevante como a sexualidade, e como ele é e deveria ser abordado pelos(as) docentes de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II, já que este é um dos temas transversais, que são temáticas sobre valores sociais que apresentam questões indispensáveis e valores básicos para a democracia e cidadania, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997), e também nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (Brasil, 2013), que costuma não ser abordado em sala, de suma importância para a vida, tanto dos(as) estudantes quanto dos(as) funcionários(as) da instituição e até dos familiares, por uma questão social, cultural e de saúde, tanto física quanto mental. É um assunto de extrema importância para a sociedade no geral.

Para que este trabalho pudesse ser realizado, foram entrevistados(as) professores(as) de uma escola particular do município do Rio de Janeiro para saber como eles(as) abordam o tema da sexualidade com seus(suas) discentes do Ensino Fundamental II, e quais são suas opiniões quanto ao assunto tratado em sala de aula e pela escola em geral. Nosso objetivo é descobrir como e se esses docentes abordam o tema em sala de aula. Antes disso, é preciso entender um pouco sobre o que é sexualidade e, é claro, sua importância no ensino de Língua Portuguesa.

## METODOLOGIA

Ainda vista como um tabu para a sociedade, a sexualidade, apesar disso, é um assunto de extrema importância, que muitas pessoas evitam por vergonha. Com isso, elas acabam não recebendo informação de algo que é natural e todos os seres humanos possuem e se utilizam dela. Sexualidade não é só o sexo em si, porém tudo que o envolve, como orientação sexual, identidade de gênero, menstruação, masturbação, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), gravidez, métodos contraceptivos, e tudo que envolve os hormônios e os seres no geral.

Falar acerca de sexualidade é abrir um capítulo da história da humanidade, onde se insere uma forma de conceber o ser humano através de uma cultura que determina a formação de uma sociedade que preceitua o sexo como uma dimensão biológica dos seres humanos, do gênero, de um produto social e histórico, valorizando as características consideradas peculiares à mulher e ao homem, como sendo socialmente construídas, ou como um produto de nossa aprendizagem social (SCHENATO et al, 2012, p. 1).

A sexualidade define cada ser. Suas características, jeitos e modos de agir são moldados pela mesma. O indivíduo é quem é baseado em sua sexualidade. Se, culturalmente, a pessoa foi reprimida por toda sua vida, como é o caso de muitas mulheres de acordo com a cultura machista da sociedade, é bem provável que ela tenha dificuldades em se relacionar com outras pessoas por ter tido sua sexualidade reprimida quando mais nova. Segundo Sigmund Freud (2016, p. 138), “[...] a predisposição masculina ou feminina já é facilmente reconhecível na infância; [...] ocorre, na menina, mais cedo e com menor resistência do que no menino; a tendência à repressão sexual parece maior”. Possivelmente, será um adulto com dificuldades de relacionamento, ou conseguirá passar por esse trauma e se tornar uma pessoa completamente diferente de quem era antes. Isso tudo dependerá das experiências de vida de cada indivíduo.

O modo como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero. Há uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc. Conforme o gênero, também há modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, ensinar, dirigir o carro, gastar o dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades (BRASIL, 2009, p. 40).

É perceptível que a forma que homens e mulheres são tratados e vistos na sociedade já é diferente desde a infância, e culturalmente é passado entre gerações. Essa forma que os indivíduos levam um ao outro a pensar, modifica suas características, como gostos, formas de se vestir, modos de falar, andar e agir. Um exemplo disso, segundo Fúlvia Rosemberg (1985), é a religião que repreendia a forma como o sexo era visto, e a forma como ele era abordado dentro da escola teve que mudar, se transformando em algo repressivo e moralista, e impedindo a

manifestação sexual dos(as) estudantes, conseqüentemente mudando suas formas de pensar, agir.

Com o passar do tempo, essa prática não mudou muito, porém foi criado um documento chamado “Declaração dos Direitos Sexuais” que afirma e reconhece o direito de todo ser humano à sua sexualidade, isto é, ter sua liberdade individual sexual respeitada. Escrito pela Associação Mundial pela Saúde Sexual (1997) esse documento pôde fazer com que essa situação começasse a ser vista de outra forma, afinal, até hoje o sexo é visto como um tabu. Porém, agora possui leis e direitos para todos os indivíduos. Tanto ela é essencial, que se baseia nos direitos humanos já existentes, e exige respeito e protege os direitos da saúde sexual de todo indivíduo. Também sendo vista como direito de todo ser humano, mundialmente, a educação sexual.

10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL PELA SAÚDE SEXUAL, 1997, p. 2).

Com isso, é possível entender que a educação sexual é necessária e direito de todo ser humano. No mesmo ano em que foi fundada essa lei, foi criado também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são diretrizes que orientam a educação. Ou seja, a forma como as instituições de ensino lidam com a educação deve ser baseada no que está escrito nesse documento. Nele, há a importância de abordar a sexualidade em âmbito escolar, e como é um documento oficial criado pelo Ministério da Educação (MEC), deve ser seguido por todos(as). “O objetivo deste documento é promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade” (Brasil, 1997, p. 287).

Porém, anos após sua criação, os PCN’s foram atualizados com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que também é um documento que orienta a forma como a educação deve ser abordada nas instituições de ensino. Muitas questões foram modificadas e atualizadas, pelo fato de os PCN’s terem sido escritos em 1997, e as DCN’s em 2013, então muitas propostas foram mantidas, e muitas tiveram modificações. A sexualidade continuou sendo um requisito a ser abordado em sala, porém sem tanta explicação e foco como abordado nos PCN’s.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, 2013, p. 115).

Como fica explícito acima nos documentos oficiais para a educação, as instituições de ensino precisam abordar questões que envolvam o social dos

alunos. Para a docente Maria Celeste Rocha et al (2007, p. 50), “É importante compreender que o corpo destes/as jovens está passando por um processo de grandes alterações físicas e psicológicas. Sendo assim, ele se torna diferente e começa a se impor, exigindo cuidados e atenção até então desconhecidos”. Por isso, é inquestionável o papel das instituições de ensino na questão da abordagem da sexualidade como uma forma de informar jovens que estão iniciando a puberdade a conhecer seus próprios corpos e saber lidar com questões novas em suas vidas.

Segundo os PCN’s, é básico que a escola aborde temas que sejam relevantes, “Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior” (Brasil, 1998, p. 33), isto é, que façam parte do cotidiano dos(as) estudantes, pois o dever da escola é preparar pessoas para a vida. A sexualidade é um dos assuntos mais indispensáveis para o indivíduo tanto no seu individual quanto em seu social, pois é ela que o define e influencia em sua vida. O papel da escola é tão fundamental na inserção desse assunto na vida de crianças e jovens, que é um dos temas transversais exigidos que se aborde em sala de aula. Nas DCN’s (Brasil, 2013) o assunto não é tão explicitamente abordado quanto nos PCN’s, porém continua sendo incluso e de abordagem obrigatória pelas instituições de ensino.

Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano (BRASIL, 1997, p. 293).

Porém, a escola realmente aborda esse tema ou ela não o julga como necessidade dentro do âmbito escolar? E se sim, como abordam? Para obter uma resposta, foi escolhida uma escola do município do Rio de Janeiro, e professores(as) especificamente de Língua Portuguesa, por conta da graduação em Letras e da presença do assunto nos PCN’s, que dão aula para crianças e jovens entre 10 a 15 anos no Ensino Fundamental II, para poder responder esse questionamento.

A pesquisa foi feita de forma aplicada, descritiva, e de campo, com o corpus coletado qualitativamente. A aplicação foi realizada em âmbito escolar, com um questionário para três professoras e um professor de Língua Portuguesa, todos na faixa dos 30 anos, que já trabalham dando aula há mais de 10 anos, e formadas(o) em Letras nessa faixa de tempo. A entrevista foi feita a fim de investigar como eles(as) abordam a sexualidade em suas aulas, tendo seus discursos, como critério, analisados, de forma que possa se entender como essa abordagem é feita.

Desse modo, o presente trabalho pôde ser aproveitado em análises de leituras na teoria pelos autores utilizados, e por respostas na prática, sabendo se o que é esperado, é realmente feito ou não, por docentes de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II de uma escola privada do município do Rio de Janeiro, com um questionário simples para saber como e se eles abordam o tema da sexualidade em sala de aula.

As perguntas feitas para a pesquisa foram criadas pensando na forma que os(as) professores(as) deveriam abordar o tema da sexualidade em sala de aula, por conta de sua necessidade inserida pelo MEC nos PCN's e nas DCN's, e para saber se os(as) docentes ou a escola seguem a inclusão da abordagem desse tema transversal. Seguindo, analisaremos as respostas dos(as) professores(as).

1. Você sabia que o assunto "sexualidade" está presente nos PCN's de Língua Portuguesa como tema transversal? Você costuma abordar esse assunto em sala de aula?

**Professora A:** Não sabia. Já abordei o tema.

**Professora B:** Sim, abordo de maneira informal.

**Professora C:** Sim e sim.

**Professor D:** Não sabia. Abordo raramente.

2. Você alguma vez já abordou o assunto sexo em sala de aula com os alunos?

**Professora A:** Sim.

**Professora B:** Sim, de acordo com as situações do cotidiano e as necessidades do mesmo.

**Professora C:** Sim, através da literatura e contos, geralmente pelo viés feminino, e interpretação de textos.

**Professor D:** Não.

3. Já abordou sobre homo/bi/transsexualidade com os alunos? Foi espontâneo ou houve algum caso de LGBTfobia?

**Professora A:** Sim. Não lembro de nenhum caso de LGBTfobia.

**Professora B:** Sim, já abordei. Houve alguns casos de ironia, inferiorização e preconceito alimentando o debate.

**Professora C:** Sim. Os dois. Acontece o tempo todo. Geralmente parte de uma piada sobre algum texto da apostila.

**Professor D:** Sim, por meio de debates e propostas de redação.

4. Já conversou sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis com os alunos? E métodos contraceptivos? Gravidez na adolescência? E menstruação?

**Professora A:** Acho que não.

**Professora B:** Não.

**Professora C:** Sim. Utilizo da produção textual como abordagem. Havia inclusive uma aluna de licença maternidade e aproveitei para fazer debates sobre o tema.

**Professor D:** Não.

5. Costuma ter algum desses temas nas apostilas dos alunos como tema obrigatório?

**Professora A:** Não.

**Professora B:** Há temas próximos a esse, mas não esse de fato.

**Professora C:** Não.

**Professor D:** Não.

6. Se as respostas foram em sua maioria "sim", diga como você aborda os assuntos. Por meio de debates? Redações? Inserido como exemplos na gramática? Vídeos?

**Professora A:** Debates e redações.

**Professora B:** Trabalho através de debates, argumentações, documentários.

**Professora C:** Utilizo ensinando gêneros textuais, em produções textuais, mais em redações. Na literatura também, mas na gramática acaba sendo mesmo com exemplos.

**Professor D:** Em todas as vezes, por meio de debates e temas de redação.

7. Você acha importante abordar esses assuntos com os alunos? Por quê?

**Professora A:** Sim. Porque a informação existe, mas muitas vezes os jovens absorvem de maneira equivocada. É preciso desmistificar o assunto e combater o preconceito.

**Professora B:** Acho fundamental, pois através dessa semente a chance desse mal [preconceito] diminuir, é significativa.

**Professora C:** Sim, porque acredito que as aulas, independente da matéria, são sobre cultura e formação crítica do aluno.

**Professor D:** Sim, acho importante. O assunto em questão está inserido no contexto dos alunos, sendo fundamental, portanto, abordá-lo.

8. O quanto a família dos alunos dificulta essa temática em sala de aula?

**Professora A:** Quando se fala de família e escola, há uma barreira que dificulta a aplicação desses temas. Uma vez, um pai reclamou que o professor de Sociologia havia transformado seu filho em ateu só porque ele disse que era um. Com os de Português não é diferente, é difícil.

**Professora B:** Os pais atrapalham, já que muitos cobram que seja ensinada a matéria da apostila, e não assuntos que eles dizem que deve ser ensinado em casa.

**Professora C:** A família dificulta bastante, principalmente hoje, que tudo que o professor diz é visto como doutrinação e alienação.

**Professor D:** Não costumo ter problemas com pais, porém, colegas meus enfrentam dificuldades para tratar essas questões de cunho mais sensível.

## DESENVOLVIMENTO

Antes de analisar as respostas dos(as) entrevistados(as), é preciso entender certos termos para que não se faça confusão sobre o que é o ensino e como não confundi-lo com a famosa “ideologia”. Para a professora e filósofa Marilena Chauí (2008, p. 109), “[...] a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos”, porém, para muitos pais e responsáveis, isso ainda significa querer imputar regras e justificar formas para que os(as) alunos(as) mudem quem eles são para se “adequarem” às normas sociais. Como Terry Eagleton (1997) deixa claro, ser oprimido é mais fácil de se tolerar, pois o opressor precisa arranjar formas de convencê-los. Nesse caso, o oprimido são os(as) estudantes, e o opressor é o sistema, que influencia a escola e a família. Quando o oprimido cansa de ser dominado, revolta-se contra o opressor, e é isso que acontece quando não há um consenso de ideias entre eles.

Quando a sociedade pensa na abordagem da sexualidade dentro da escola, acha que é só ensinar o que é sexo aos(as) alunos(as), porém, há muito mais além

da questão do que é, para que serve e como se faz sexo, questões que acabam sendo mal interpretadas, pois não é um tópico bem visto em um ambiente escolar, principalmente por não saberem sua real importância para a vida do ser humano no geral.

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (BRASIL, 1998, p. 293).

As instituições e seus discursos tem o poder de formar um indivíduo. Essas práticas discursivas criam os sujeitos que as exercem, o que significa que a escola tem poder sob os(as) alunos(as), e grande parte do que elas discursam, os estudantes reproduzem, por isso é crucial que as instituições de ensino contextualizem essas questões sociais com o ambiente de seus(uas) alunos(as). Entender que é necessário e que deve ser feito de forma que os faça refletir e criticar o próprio meio social. Os PCN's defendem que o papel da escola é formar cidadãos críticos e socializados, pois a educação vai além do individual, com o desenvolvimento social, como citado (Brasil, 1997, p. 34): “Essa função socializadora remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e o contexto social e cultural. É nessa dupla determinação que os indivíduos se constroem como pessoas iguais, mas, ao mesmo tempo, diferentes de todas as outras”. Não só ensinar, mas ensinar com um propósito e de forma correta e humana como explícito nas DCN's (Brasil, 2013, p. 18): “Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena”.

Após obter as respostas, foi analisado que metade dos(as) docentes não sabia que a sexualidade é um tema transversal de cunho obrigatório, o que demonstra falta de informação, mesmo que ela esteja presente em documentos obrigatórios para as escolas. Em seus discursos, puderam ser analisadas também, respostas vagas e diretas, que mostram pouco entendimento sobre o assunto. Metade das perguntas eram majoritariamente sobre “sim” ou “não”, mas quase nenhum(a) professor(a) realmente saiu desses padrões de resposta curta para abordar um pouco mais sobre o que sabia quanto ao tema. Quanto as perguntas que estimulavam uma resposta com uma elaboração mais fundamentada, a maior parte dos(as) docentes continuava respondendo de forma sucinta, sem entrar muito em detalhes específicos, o que demonstra que pouco sabiam defender que abordam o tema da sexualidade, deixando claro para a análise que, por mais que respondessem que os assuntos eram comentados em sala de aula, pouco sabiam embasá-los e fundamentá-los, explicando seus métodos de utilização, o que prova, também, que pouco os abordam.

Todos já abordaram a questão em sala, porém quando feita, é pouco aprofundada e sem embasamento. As professoras B e C demonstraram um pouco mais de engajamento com essas questões em sala, pois, a professora B, que, de acordo com situações que ocorrem entre os(as) estudantes, e questões de necessidade, discute esses tópicos com eles(as), ou seja, ela faz uma ligação entre

a matéria dada em sala, com o contexto social dos alunos naquele momento. Se há alguma situação que precise ser comentada, a docente une com o tema da aula para abrir debates mais expansivos. Já a professora C, predominou com a utilização da literatura para a discussão de temas que envolvam a sexualidade, pois pelo que pôde ser analisado em seu discurso, é seu foco nas aulas. Utiliza-se também pelo viés feminino, que pôde ser entendido como uma preferência e luta pela visibilidade do gênero feminino na literatura, para que possa expandir o conhecimento literário das(os) alunas(os), e fazer com que criem interesse na literatura, sentindo-se mais próximas(os) do eu lírico de alguma forma, como a dificuldade que as alunas passam para se entenderem como mulheres na sociedade.

Por que a escola prepara para a vida, em vez de ser a vida exercida no presente? E por que o presente das crianças na escola não é também um exercício de cidadania, de respeito a si mesmas, à vida e ao outro? Por que a escola não é um espaço democrático, de produção de conhecimentos, de debates, de criação? Em vez disso, tem sido um presídio de alunos, um depósito de conteúdos impostos sem muito sentido, um desrespeito aos saberes que os alunos já trazem, um lugar onde as crianças não têm direito a voz (MOSÉ, 2014, p. 47).

Foi possível notar que o tema mais abordado entre todos os(as) docentes são pessoas LGBTQ+, e para metade deles, quando houve esse debate, também houve casos de preconceito em sala. Com as professoras B e C, novamente, as respostas foram mais explicadas, porém o que pôde ser notado foi uma afirmação de que há sim preconceito dentro de sala de aula com pessoas LGBTQ+, porém em momento algum elas responderam como reagem a esse tipo de situação, demonstrando um despreparo da parte da escola em ensinar os profissionais a como lidar com o *bullying*.

Para seus discentes, o assunto “sexo” ainda é visto como tabu socialmente, e muitos deles, e até mesmo os(as) docentes, ainda se sentem incomodados e envergonhados, e alguns acham graça em falar abertamente sobre, dessa forma. Como define Norman Fairclough (2001), o discurso é o uso da linguagem em uma prática social, isto é, como cada indivíduo representa sua estrutura social, e quando dois ou mais indivíduos trocam discursos, um acaba moldando o outro mesmo que indiretamente. Esse acaba sendo um dos medos dos(as) professores(as) e das instituições em abordar esse assunto, de ser visto pelos pais como um modelo influenciador, que geralmente é visto de uma forma ruim. É interessante perceber, também, a pressão que os(as) docentes sofrem da própria instituição de ensino na questão de abordar temas considerados delicados ou familiares, pois se encaixa no sentimento de dominação e submissão que os(as) professores(as) acabam tendo que lidar para manter seus empregos. Pierre Bourdieu (2012), afirma explicando o conceito de violência simbólica nas relações de poder nas instituições de ensino, já que os(as) docentes se veem como obrigados(as) a aceitar situações, mesmo que desnecessárias, sendo isso já naturalizado pelo meio social.

Os temas menos discutidos pelos(as) professores(as) foram Doenças Sexualmente Transmissíveis, métodos contraceptivos, gravidez e menstruação. Apenas a professora C os discutiu, pois aproveitou que havia uma aluna de licença maternidade e aprofundou os tópicos em um debate, demonstrando adequação à

temas da realidade dos(as) estudantes, apesar de só ter sido abordado após o caso da gravidez da aluna já ter ocorrido. Outro problema encontrado também, foi que os temas não estão presentes na apostila dos alunos, o que dificulta a abordagem, já que muitos(as) professores(as) seguem o plano de aula do dia, e a apostila, e não havendo nenhum tema transversal presente neles, não são questionados. Isso prova que além da falta de preparo de docentes em abordar esse tipo de questão, a escola não possui interesse em utilizar materiais didáticos que aprofundem assuntos que estejam de acordo com o social e cultural dos(as) estudantes em suas realidades dentro e fora de sala.

Estariam então, achando que não devem se aprofundar sobre esses assuntos, pois não são de foco em sua matéria, alguns tópicos vistos como obrigatórios somente em biologia e ciências, não sendo de sua necessidade nem interesse da escola em abordá-los. É notável que a própria instituição tem uma parcela de culpa nessa questão da falta da abordagem em sala, pois esses assuntos não estão presentes nas apostilas dos(as) alunos(as), por mais que os tópicos sejam mencionados como obrigatórios pelos PCN's e DCN's. As empresas que fabricam esses materiais didáticos não fazem questão de colocar temas transversais presentes, pois não é de seu interesse de venda, e nem da escola de compra, por conta das famílias serem um impedimento, pela discordância da abordagem desses assuntos em sala de aula, por acharem que são temas exclusivamente familiares, e que a escola não deve intervir na educação de seus filhos.

Segundo os PCN's (Brasil, 1997), isso não é uma verdade, já que a escola deve considerar a diversidade como um fator social e cultural, e respeitar as diferenças, incentivando isso aos(as) alunos(as) e enriquecendo o conhecimento, e não incentivando a desigualdade, como muitas pessoas acabam achando. Já que, a escola e a família deveriam entrar em consenso para decidir os temas a serem ensinados, porém, não é o que acontece na maior parte das vezes, já que muitos pais não entendem que a escola forma cidadãos críticos, e não só pessoas que saibam a matéria para tirar nota boa na prova e depois entrar em uma faculdade sem conhecimento algum de mundo. É preciso entender o mundo para entender a si mesmo e aos outros, e a escola e os(as) docentes têm um papel imprescindível nisso, pois os(as) professores(as) ajudam a formar a identidade dos(as) alunos(as) com suas contribuições em sala de aula, justamente por incentivá-los(as) a sempre questionar e refletir, e até mesmo servir de exemplo.

A escola deve ser um local seguro, não um local onde os(as) estudantes não conseguem mais ir por não aguentarem a pressão da convivência social que as pessoas fazem umas às outras passarem. Porém a própria escola acaba por criar uma segregação entre os(as) alunos(as), começando pela questão dos uniformes, onde em algumas são diferentes para meninos e meninas, o que pode acabar causando certo desconforto para muitos deles por diversas razões. Por isso, a escola precisa se adequar à realidade dos(as) discentes, e é pertinente que o currículo contenha assuntos que permeiem seu social, pois há vida fora da escola, e lá deve ser possível aprender a entender melhor, refletir e criticar sobre tudo dentro e fora dela. Como Tomas T. Silva (1999) explica, é no currículo que a luta pelo político e pelo social começa compreendendo o discurso político educacional junto de movimentos sociais e o que representam. Ou seja, precisam falar tanto de assuntos leves quanto de polêmicos que precisam ser abordados para que sejam evitados, como assédio e abuso.

Ao discutir tais questões com os/as professores/as brasileiros/as, busca-se contribuir, mesmo que modestamente, com a escola em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política (BRASIL, 2009, p. 15).

Pôde ser analisado, durante as entrevistas, que o foco de sua maioria, quando ensinam a Língua Portuguesa em sala, é gramática, majoritariamente descontextualizada. Quando há redações, os temas são variados e costumam condizer com a realidade dos(as) estudantes, o que é bom, pois ativa a habilidade de escrita e ela pode ser aprimorada quando é de um assunto que já é de conhecimento de quem escreve, e ajuda a compreender sua própria realidade, ajudando os(as) discentes a serem seres críticos(as) e reflexivos(as). Foi percebido também que as(os) docentes, em sua maioria, não realizam muitos debates durante o ano letivo, por mais que os(as) alunos(as) gostem. Quando o fazem, há sempre a proposta de que eles(as) falem mais que o(a) professor(a), sendo de suma importância para que consigam debater e se aprofundar quanto aos temas apresentados para discussão, e no mais importante, de que aprendam uns com os outros, tanto entre alunos quanto estudantes e professor. Já que, para Luiz Paulo da Moita Lopes (2002, p. 98), “Talvez o traço mais relevante de nossas identidades sociais se relacione a como nos posicionamos e somos posicionados pelos outros em termos de nossa sexualidade”. Isto é, o debate é conveniente, pois ajuda todos que estão dentro dele a obter conhecimento sobre determinado assunto, no caso a sexualidade, e aprender a conhecer o outro e a si mesmo.

É preciso entender que ensinar é um ato de coragem e amor, e segundo Paulo Freire (2011b) para haver diálogo, é preciso que haja amor ao mundo e aos indivíduos inseridos nele, já que o diálogo liberta, e esse ato de amor leva o indivíduo a ser crítico e perceber sua opressão pelo mundo, fazendo com que ele tenha consciência de sua condição, querendo a mudança. Na escola, o(a) docente ajuda os(as) discentes a entenderem melhor essa questão, pois, com o diálogo, todos podem contribuir com conhecimento, ensinando uns aos outros e compartilhando questões culturais e sociais, sem que haja opressão de nenhum dos lados, pois, como Freire (2011b, p. 228) explica, “o diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza”, isto é, o diálogo é uma troca de conhecimentos pensando no aprendizado por todos os lados, e não uma repetição de ideias de fácil memorização no intuito de convencer algo à alguém. Por isso, o professor precisa estar disposto a ouvir o aluno e aprender, pois, como Freire (2011a) cita, o professor requer do empenho crítico para enxergar o aluno como sujeito que não só aprende, mas que transfere conteúdo, já que ele explica que o aluno também deve e tem autonomia em sala de aula, não só o professor.

Segundo Rocha et al (2007), os jovens se sentem perdidos e desorientados em relação ao próprio corpo com toda as mudanças que começam a ocorrer, não sabendo lidar com as mesmas. Quando a escola aborda esses assuntos, se torna mais fácil para o indivíduo conhecer a si próprio, saber lidar consigo e com o outro, e se proteger da maneira correta. “O melhor método anticoncepcional para as adolescentes é a escola: quanto maior a escolaridade, menor a fecundidade e

maior a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis” (Dimenstein, 1999, p. 1). E além de os(as) estudantes se encontrarem presentes na escola, a própria instituição precisa abordar o assunto, pois não adianta estar em um ambiente com jovens com pouca ou nenhuma informação e esperar que nada aconteça.

A ação educativa, além de permitir que os sujeitos construam conhecimentos e competências, também influencia o modo como as pessoas que dela participam se entendem, entendem as outras e o mundo, repercutindo na maneira como vão ser e agir nesse mundo. [...] O que e como se ensina sobre gênero e sexualidade (das aulas de biologia no ensino médio às brincadeiras de meninos e meninas da educação infantil, passando pelos jogos sexuais no banheiro ou no fundo do pátio) vai produzir efeitos no modo como alunas constroem suas identidades de gênero e vivenciam a sexualidade. A ação pedagógica deixa marcas no corpo das pessoas, no seu jeito de agir, de se relacionar e de se reconhecer (BORTOLINI, 2014, p. 131-132).

Foi possível perceber, também, que há uma certa discordância entre os(as) professores(as) quando todos concordam que é fundamental abordar sobre sexualidade em sala de aula, pois é um assunto inserido no meio social dos(as) alunos(as), porém eles mesmos o fazem pouco, e apenas por meio de debates e alguns por redações, quando feito. O fazem pouco por pressão da própria instituição onde trabalham, outros por medo de serem repreendidos, por não terem interesse em discutir sobre o assunto, não acharem que é de sua obrigação, ou por pura falta de informação, já que sua maioria sequer sabia da existência da sexualidade como tema transversal nos PCN's do Ensino Fundamental. Quanto a importância da abordagem, a professora C e o professor D demonstraram mais entendimento no quesito da realidade dos(as) estudantes, o que demonstra um saber e ensino não apenas exclusivo para a Língua Portuguesa apenas como normas e regras. Porém, voltando às respostas anteriores, é possível perceber discordância desse discurso com o resto das respostas do professor D, que foram mais focadas em negações de abordagem, e quando feita, apenas por redações, e raramente debates. Já as professoras B e C demonstraram um entendimento e engajamento maior sobre essas questões social e cultural, apesar de abordar pouco, e fazê-lo mais quando há casos dentro da escola. Já a professora A demonstra interesse na inserção desses assuntos, porém ainda assim, suas respostas não foram bem articuladas, sendo bem direta e sem entrar em detalhes de como esses temas são discutidos por ela em sala.

O que cada professor aprendeu em seu âmbito social, ele reproduz para seus(uas) alunos(as), o que é comum ser uma repreensão de um ato natural, uma naturalização de um preconceito ou até mesmo não notar a presença do preconceito, sendo esse o chamado de “preconceito velado”, que é aquele tão sutil, visto como piada, ou praticamente ignorado como ofensa, que poucas pessoas, ou nenhuma, percebem que aquilo foi uma forma de preconceito. E eles próprios possivelmente foram repreendidos quando mais novos quanto à sua própria sexualidade, fazendo com que nem eles próprios percebam seus comentários e omissões.

Sobre a questão da família com a escola, todos(as) os(as) docentes concordaram que há uma dificuldade em debater temas que são culturalmente entendidos como familiares, pois ainda existe uma cultura em que o professor de

Língua Portuguesa deve apenas ensinar o estudante a escrever corretamente e saber ler e interpretar textos. Porém, o que não é percebido por essa sociedade, é que os alunos precisam saber entender o mundo e a si mesmos para conseguirem interpretar, não somente textos, como sua própria realidade. Pôde ser percebido nessa pergunta, que o professor D disse nunca ter tido problemas com a família dos alunos, mas não disse o porquê. Aqui, pôde-se ter múltiplas interpretações de sua resposta, já que ou o professor não debate esses temas em sala, ou o faz muito sucintamente.

Como é explicitado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (BRASIL, 2013, p. 110), “Os alunos do Ensino Fundamental regular são crianças e adolescentes de faixas etárias cujo desenvolvimento está marcado por interesses próprios, relacionado aos seus aspectos físico, emocional, social e cognitivo, em constante interação”, isso significa que cada indivíduo tem uma maneira de pensar e se portar como pessoa. O que o professor precisa fazer é acompanhar essa situação social do aluno, pois é proveitoso conhecê-lo antes de ensiná-lo, fazendo uma junção de sua realidade social com as matérias abordadas em sala, para que a escola ensine, além do currículo de matéria específica, questões que o aluno vai levar para a vida como um ser humano que tem consciência da própria realidade e sociedade, criando assim gerações conscientes e dedicadas. A sexualidade é um desses temas sociais que o ser humano já leva consigo antes mesmo de aprender sobre, sendo assim, um tema essencial para se dedicar em informar não só alunos como suas famílias e funcionários da própria instituição, inclusive.

A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascermos dotadas e dotados de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas (BRASIL, 2009, p. 115).

Os(as) professores(as) precisam ter um diferencial na vida dos(as) alunos(as) até mesmo pelo fato de serem considerados como exemplos a serem seguidos. A possibilidade de criar uma rotina em que os mestres abordem questões sociais em sala, deve ser uma iniciativa da escola, haja vista que essa necessidade da abordagem está presente nos documentos oficiais do MEC, então é preciso que os funcionários se conscientizem dessa importância. Isso pode ser feito com a leitura dos documentos, os PCN’s e as DCN’s, que explicam detalhadamente como facilitar esse ensino de temas transversais nas instituições de ensino.

As contribuições da escola para a vida de um indivíduo são muitas, e de suma importância para sua formação como cidadão pensante e crítico, que saiba que possui direitos e deveres, que é preciso respeitar a si mesmo e o outro, tendo conhecimentos básicos sobre sua própria realidade e saber lidar com questões novas, já que jovens estão sempre descobrindo situações inusitadas e muitas vezes não sabem como lidar. O papel da escola para a vida dos(as) estudantes, é, então, proporcionar o conhecimento geral, tanto de matérias interdisciplinares quanto questões diárias e pessoais, que possibilite facilitar esse entendimento do mundo e de si mesmo.

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (BRASIL, 2013, p. 4).

O professor de Língua Portuguesa possui um diferencial para ensinar essas questões pelo fato de que, apesar dos temas transversais serem abordagens exigidas para todas as matérias das escolas, a transdisciplinaridade é mais aberta a discussões. Ou seja, o docente de Língua Portuguesa consegue abordar esses assuntos com mais facilidade, pois obtém ampla possibilidade de métodos em sala de aula, já que trabalha com a produção textual, com a leitura, discussões orais, e vários outros modos de ensinar e aprender em sala. Suas contribuições para uma mudança nessa questão da pouca abordagem do tema da sexualidade em sala de aula podem ser apresentadas da forma que acharem mais conveniente, pelo fato de diferentes estudantes necessitarem de diferentes tipos de abordagem, e precisam ser contextualizadas com a matéria ensinada em sala no dia. Uma abordagem apresentada sem argumentos e sem ser contextualizada ou ter seus motivos de ensino especificados, não deve ser realizada pelo fato de acabar vista como apenas uma obrigação, e não uma necessidade.

É imprescindível que o docente, além disso, discuta esses temas baseados também na rotina dos(as) estudantes dentro e fora da escola. Por exemplo, quando ocorre um caso de discriminação entre os colegas, ou um caso de assédio, gravidez entre as alunas, ou qualquer outro tipo de situação, o professor deve inserir esse tema em sala para que a escola não se omita com esses tipos de situações. É inadmissível que um professor presencie ou saiba de um caso que precise de apoio e não ofereça suporte. A escola, juntamente com as famílias dos(as) alunos(as), deve criar um melhor diálogo para que essas questões, tanto internas quanto externas, sejam facilitadas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar as entrevistas com os(as) professores(as) e fazer as leituras das referências teóricas, foi percebido que a sexualidade é um tema pouco abordado em sala de aula, pois ainda é encarado como um assunto a ser tratado em casa, e não na escola, principalmente pela família dos(as) alunos(as), apesar de alguns(as) docentes tratarem certos temas específicos, porém não os aprofundando.

A questão da sexualidade ainda é vista como um tabu dentro e fora da escola, e por isso muitos(as) professores(as) ainda se abstém de falar sobre o tema, tanto pelo fato de não saberem como incluí-los no plano de aula, quanto pelas famílias demonstrarem discordância com a escola quando aprofundados, o que faz com que alguns(as) estudantes também concordem com esse posicionamento e não achem correta essa abordagem pela escola. Conclui-se que não é dada a devida atenção aos temas transversais, assim como os livros didáticos também não os aprofundam, já que costuma se usar muito friamente, em Língua Portuguesa, a

gramática descontextualizada, e a sexualidade abordada apenas em propostas de redação criadas pelos(as) professores(as), ou por debates, quando surge o interesse em fazê-lo.

É preciso que o docente entenda sobre as questões sociais, pois ele forma, direta e indiretamente, indivíduos para a vida, então seu papel na construção social do aluno é indispensável, e a questão da sexualidade não é diferente. Como o professor possivelmente obtém mais conhecimento sobre o assunto, ele deve passá-lo para os(as) discentes, deixando que falem também, pois cada um tem seus contextos sociais e culturais e possuem conhecimento sobre diferentes questões em diferentes contextos, já que também existe a possibilidade de um aluno saber mais do que o professor sobre certos assuntos.

O professor de Língua Portuguesa é importante, pois facilita a compreensão de mundo, da leitura e da escrita, juntamente contribuindo com a formação de cidadãos críticos que saibam interpretar não só textos, porém situações cotidianas, e prontos para resolver e encarar essas questões de mundo. Ele não só ensina gramática, literatura e redação, como prepara estudantes para compreenderem e serem compreendidos(as), e ensina a pensar e refletir para que sejam abertas vastas possibilidades em suas vidas.

O que deve ser feito, então, para mudar essa realidade, baseado em todas as referências teóricas, é contextualizar os temas transversais dentro de todas as matérias na escola. No caso da sexualidade e de Língua Portuguesa, como muitos pesquisadores comentam, é crucial abordar o assunto contextualizando com a matéria dada no dia, seja por meio da gramática, de redações, debates, vídeos, palestras, textos, ou qualquer outra forma de aprendizagem. Na literatura, há diversas possibilidades e leituras para essa abordagem, o que faz com que o aluno, além de obter conhecimento de mundo, se interesse pela leitura.

Formas de abordar esses temas em sala podem ser vistas por exercícios de gramática com exemplos contendo essas temáticas, para que o aluno, além de entender o conceito gramatical, possa também refletir sobre o exemplo dado, já que ele condiz com sua realidade ou com a dos(as) colegas. É possível também deixá-los(as) à vontade com sua criatividade e conhecimento, oferecendo oportunidades de criações de conteúdo sobre um tema específico, como vídeos, entrevistas, debates, onde o aluno se sinta o mediador e ter sua autonomia em sala de aula também. A redação não precisa ser feita da forma tradicional, já que é possível uma escrita em grupo, colocando os(as) alunos(as) para discutir o tema, e escrever sobre ele, proporcionando a troca de informações e conhecimento entre eles próprios. O professor de Língua Portuguesa pode criar diversas situações de ensino que englobem o social e o real, sendo a sexualidade um desses assuntos.

É possível que a escola encontre obstáculos que os atrapalhe ou os impeça de abordar alguma dessas questões, principalmente porque falar de sexo em sala de aula atualmente vem sendo entendido como sinônimo de *doutrinação* e *ideologia de gênero*, que seriam termos inventados por oposições políticas para que as escolas não possam abordar assuntos de contexto social, e principalmente, que sejam favoráveis a um entendimento maior da própria percepção humana.

A abordagem da sexualidade nunca deve ser feita sem uma razão específica, sem explicações ou descontextualizada, pois transforma-se em algo dado apenas por obrigação, e não por necessidade. É importante saber o nível de entendimento dos(as) alunos(as) sobre o assunto, e seu contexto social e cultural, porém, para isso, é preciso conhecê-los(as) além de suas figuras como estudantes em sala de

aula, e começar a vê-los(as) como indivíduos pensantes, que tem opinião, são críticos(as) e reflexivos(as), e que tem capacidade de entendimento de assuntos além do que a escola tradicional os faz aprender para o mercado de trabalho.

Não pode ser considerada como algo complexo, pois, no Ensino Fundamental II, os(as) estudantes estão saindo da infância e entrando na adolescência, passando por todo o processo de puberdade. É indispensável que os(as) professores(as) saibam como encarar isto, já que muitas vezes atrapalha o aprendizado por questões pessoais, como dificuldade de aceitação do próprio corpo, da própria identidade, da sexualidade. Então, ela não pode ser vista apenas como algum outro tópico que deva ser tratado fora da escola, é preciso que a escola e a família entendam que essa fase da vida pode não ser a mais fácil em que o indivíduo vai se encontrar, já que há toda uma questão de dúvida, medo, repreensão e todo um preconceito internalizado nesses próprios sujeitos. A escola deve dar suporte nessa fase para que ela possa ser passada de forma mais tranquila, com todo um cuidado para não formar indivíduos impostos pelo preconceito e regras normativas, mas sim que saibam se impor, sejam críticos e reflexivos sobre o mundo e sobre si próprios, sem que julguem as individualidades de ninguém, e que possam passar por essa situação de forma agradável e com toda a ajuda que for necessária.

## The theme of the sexuality approached by Middle School Portuguese teachers in a private school from Rio de Janeiro

### ABSTRACT

This study presents a reflection of the importance of approaching the theme of the sexuality in educational institutions, and how it is approached. The objective is to understand how and if Portuguese teachers perform this approach in class with their elementary students. To make it possible, many references from authors and researches that work with sexuality and education were used. Afterwards, the teachers were interviewed, and their answers about their approach of the theme during their classes, were analysed, and their discourses could be understood, comparing with all the previous references, so that a conclusion could be reached as to how this approach should be done, and understand its' importance. The contribution of this article is very important for students, their parents, and the school workers to learn how to deal with themselves and the others.

**KEYWORDS:** Sexuality. Education. Teacher. Portuguese. Middle School.

## El tema de la sexualidad abordado por profesores de portugués de Educación Primaria II en una escuela privada en el municipio de Rio de Janeiro

### RESUMEN

El presente trabajo presenta una reflexión de la importancia de abordar el tema de la sexualidad en las instituciones de enseñanza, y de la forma que se hace. El objetivo es entender cómo y si los maestros (as) de idioma portugués hacen este enfoque en el aula con los alumnos de Educación Primaria II. Para que esto fuera posible, muchas referencias de autores e investigadores del área de la sexualidad y también educación, fueron utilizadas. Después los profesores, fueron entrevistados(as) y sus respuestas analizadas, en cuanto al abordaje del tema durante sus clases, y entonces sus discursos fueron comprendidos y comparados con toda referencia anterior, para que se llegara a una conclusión sobre cómo debe realizarse este enfoque, y entender su importancia. La contribución del artículo es de suma importancia para que estudiantes, sus responsables, y funcionarios de la institución de enseñanza, aprendan a lidiar con cuestiones sobre sí mismos y sobre los demás.

**PALABRAS CLAVE:** Sexualidad. Educación. Maestro. Lengua portuguesa. Enseñanza fundamental.

**REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL PELA SAÚDE SEXUAL. Declaração dos Direitos Sexuais. **13º Congresso de Sexologia**, Valencia, Espanha, 1997. Disponível em: <<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>> Acesso em: 10/09/2018

BORTOLINI, Alexandre. O Currículo Não É. O Currículo Acontece. In: Bicalho, P.P.G.; Cidade, M.L.R.; Cunha, T.C.; Matos, A.A. (Org.). **Gênero e Diversidade na Escola: práticas transversais, polifônicas, compartilhadas, inquietas**. 1ed. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia UFRJ, 2014, p. 130-138. Disponível em: <<http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/Ocurrículo.pdf>> Acesso em: 16/08/2018

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais, apresentação dos Temas Transversais**. MEC/ Secretaria de Educação. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 26/02/2018

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. MEC/ Secretaria de Educação. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>> Acesso em: 26/02/2018.

BRASIL. Gênero e Diversidade na Escola – Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. **Livro de Conteúdo**. MEC/ Secretaria de Educação. 2009. Disponível em: <[http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf)> Acesso em: 16/03/2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC/ Secretaria de Educação. 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 03/10/2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. Editora brasiliense. 9ª impressão. 2ª ed. São Paulo. 2008. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/388158/mod\\_resource/content/1/Texto%2014%20-%20que%20%C3%A9%20ideologia%20M.%20Chau%3AD.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/388158/mod_resource/content/1/Texto%2014%20-%20que%20%C3%A9%20ideologia%20M.%20Chau%3AD.pdf)> Acesso em: 03/05/2018.

DIMENSTEIN, Gilberto. Estudo relaciona falta de escolaridade com gravidez. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1999. **Caderno Campinas**, p. 4. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0410199913.htm>> Acesso em: 13/09/2018.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. Editora da Universidade Estadual Paulista. Sem ed. Vol. 1. São Paulo. 1997. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/285942/mod\\_resource/content/1/Aula%202.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/285942/mod_resource/content/1/Aula%202.pdf)> Acesso em: 16/05/2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Editora UnB. 2ª Ed. 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.b.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos. 11 ed. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/398842/mod\\_folder/content/0/Moita%20Lopes%20-%20Identidades%20Fragmentadas.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/398842/mod_folder/content/0/Moita%20Lopes%20-%20Identidades%20Fragmentadas.pdf?forcedownload=1)> Acesso em: 12/05/2018.

MOSÉ, Viviane et al (Org.). **A escola e os desafios contemporâneos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ROCHA, Maria Celeste et al. Corpo Jovem: o que a escola ensina? **Revista Ponto de Vista**, v.4, n.4, 2007. Disponível em: <<http://www.coluni.ufv.br/revista-antiga/docs/volume04/corpoJovem.pdf>> Acesso em: 13/11/2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 11-19, mai. 1985. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1372/1373>> Acesso em: 09/09/2018.

SCHENATO, Paulo et al. Gênero e sexualidade: A influência dos meios de comunicação na adolescência. **Anais do 1º Seminário**. Diálogos sobre gênero e educação: observando percursos, socializando aprendizagens. Bento Gonçalves, RS. 24 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://upplay.com.br/restrito/nepso2012/seminario/uploads/Grupos%20de%20Pesquisa/Artigo%20Genero%20e%20Sexualidade.pdf>> Acesso em: 07/04/2018.

SILVA, Tomas T. **O currículo como fetiche**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**Recebido:** 09 dez. 2018.

**Aprovado:** 10 jan. 2019.

**DOI:** 10.3895/cgt.v12n39.9156

**Como citar:**

RIBEIRO, Maria Luzia; MIRANDA, Jacqueline Maia de. O tema da sexualidade abordado por professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II em uma escola particular do município do Rio de Janeiro. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.12, n. 39, p. 33-51, jan./jun. 2019.

**Correspondência:** Maria Luzia Ribeiro. Rua Ibituruna 108, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**Direito autoral:**

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

